

## Regulamentos

### **Regulamento geral dos cursos de terceiros ciclos da UPorto**

Secção Permanente do Senado de 28 de Setembro de 2006

1ª Alteração pela Secção Permanente do Senado em 9 de Julho de 2008

2ª Alteração pela Secção Permanente do Senado em 12 de Novembro de 2008

#### Artigo 1.º

##### **Enquadramento jurídico**

O presente Regulamento visa desenvolver e complementar o regime jurídico instituído pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, **alterado pelo Decreto-Lei 107/2008**, de 25 de Junho, e demais legislação aplicável.

#### Artigo 2.º

##### **Âmbito de aplicação**

O presente regulamento aplica-se a todos os programas de terceiro ciclo da Universidade do Porto, estabelecendo as linhas gerais a que devem obedecer os regulamentos específicos.

#### Artigo 3.º

##### **Estrutura do ciclo de estudos conducente ao grau de doutor**

1 – O ciclo de estudos conducente ao grau de doutor integra:

- a) A elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da sua especialidade;
- b) A eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, cujo conjunto se denomina *curso de doutoramento*, sempre que o regulamento específico o preveja;

- 2 – O plano de estudos de um *curso de doutoramento* pode incluir unidades curriculares de outros cursos da Universidade do Porto ou de outras universidades, incluindo de cursos não conferentes de grau;
- 3 – A aprovação no *curso de doutoramento* confere direito a um diploma com uma denominação diferente da do grau de doutor;
- 4 – O diploma é acompanhado de um suplemento ao diploma elaborado nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de Fevereiro;
- 5 – O regulamento específico do ciclo de estudos fixará os prazos para a emissão do diploma e do suplemento ao diploma.

#### Artigo 4º

##### **Grau de doutor**

- 1 – O grau de doutor é conferido pela Universidade do Porto num ramo de conhecimento ou numa especialidade em que se insere o tema principal da tese apresentada.
- 2 – Os ramos de conhecimento e especialidades em que a Universidade do Porto concede o grau de doutor são aprovados pelo Senado, sob proposta do conselho científico da unidade orgânica que ministra o ciclo de estudos.
- 3 – O grau de doutor pode ser conferido juntamente com outra(s) instituição(ões) de ensino superior portuguesa(s) ou estrangeira(s), dependendo de acordo prévio estabelecido pelos respectivos reitores, no respeito pelo artigo 42º do Dec-Lei nº 74/2006.
- 4 – A aprovação pelo Senado de um terceiro ciclo de estudos numa determinada área científica carece de comprovação da existência de um corpo docente qualificado nessa área, cuja maioria seja constituída por titulares do grau de doutor, com experiência acumulada de investigação com qualidade reconhecida por avaliação externa, ou concretizada numa produção científica e académica relevantes nessa área.
- 5 – Para a concessão do grau de doutor é necessário que o candidato demonstre possuir:
  - a) Capacidade de compreensão sistemática num domínio científico de estudo;
  - b) Competências, aptidões e métodos de investigação associados a um domínio científico;
  - c) Capacidade para conceber, projectar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;
  - d) Experiência de realização de trabalhos de investigação original que tenham contribuído para o alargamento de fronteiras do conhecimento, parte do qual mereça a divulgação nacional ou internacional em publicações com comité de selecção;
  - e) Capacidade de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas;
  - f) Capacidade de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que estão especializados;
  - g) Competências para, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico e/ou profissional, o progresso tecnológico, social ou cultural.

#### Artigo 5º

##### **Admissão ao ciclo de estudos e condições de funcionamento**

- 1 – As regras sobre a admissão a um ciclo de estudos, em especial as condições de natureza académica e curricular, as normas de candidatura e os critérios de selecção são definidas pela respectiva comissão científica e divulgados até seis meses antes do seu início de funcionamento.
- 2 – Os regulamentos específicos dos ciclos de estudo definirão se existe e como funciona o *curso de doutoramento*, a sua estrutura curricular, plano de estudos e créditos, respeitando o Decreto-

Lei nº 42/2005, de 22 de Fevereiro, e respectivas normas regulamentares.

#### Artigo 6º

##### **Habilitações de acesso**

1 – Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de doutor:

- a) Os titulares do grau de mestre ou equivalente legal;
- b) Os titulares de grau de licenciado, detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido pela comissão científica como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos;
- c) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos pela comissão científica.

2 – Podem requerer a apresentação de uma tese ao acto público de defesa sem inscrição no ciclo de estudos e sem orientação os que, por decisão do órgão científico estatutariamente competente, reúnam as condições para acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de doutor, definidas com base na apreciação do currículo do requerente e da adequação da tese aos objectivos visados pelo grau de doutor.

#### Artigo 7º

##### **Candidaturas**

As candidaturas são formalizadas em requerimento dirigido ao director do ciclo de estudos, em moldes a definir no regulamento específico.

#### Artigo 8º

##### **Direcção do ciclo de estudos**

1 – O ciclo de estudos terá um director e será coordenado por uma comissão científica e, sempre que se justifique, acompanhado por uma comissão de acompanhamento.

2 – As unidades orgânicas responsáveis pela leccionação de um número reduzido de ciclos de estudo podem atribuir aos seus órgãos de gestão com funções afins as competências definidas nos números seguintes.

3 – O Director do ciclo de estudos é um professor catedrático, ou um professor associado ou, excepcionalmente, um professor auxiliar, nomeado pelo(s) presidente(s) do(s) conselho(s) directivo(s) ou director(es) da(s) unidade(s) orgânicas envolvidas na leccionação do curso, quando exista, ouvido(s) o(s) órgão(s) estatutariamente competente(s) directamente interveniente(s) no ciclo de estudos.

4 — Ao director do ciclo de estudos compete:

- a) Assegurar o normal funcionamento do ciclo de estudos e zelar pela sua qualidade;
- b) Assegurar a ligação entre o ciclo de estudos e as entidades da(s) unidade(s) orgânica(s) responsável(is) pela leccionação das disciplinas do curso, quando exista, ou entre o curso e os presidentes dos conselhos directivos ou directores das unidades orgânicas no caso dos cursos assegurados por mais do que uma unidade orgânica;
- c) Elaborar e submeter à aprovação dos órgãos competentes da(s) unidade(s) orgânica(s) responsável(is) pelo curso propostas de organização ou de alteração do plano de estudo, sempre que exista, ouvida a comissão científica, as quais devem

incluir os objectivos das unidades curriculares e os seus contributos para a formação dos alunos, ao nível dos conteúdos programáticos;

d) Solicitar, em cada ano lectivo, a leccionação das unidades curriculares do curso às entidades da(s) unidade(s) orgânica(s) envolvidas no ciclo de estudos, tendo em conta que esta escolha deverá nortear-se pela garantia dos desejáveis níveis de qualidade, quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista pedagógico, submetendo a distribuição do serviço docente do curso à aprovação do(s) órgão(s) competente(s) da(s) mesma(s) unidade(s) orgânica(s);

e) Elaborar e submeter à aprovação dos órgãos estatutariamente competentes da(s) unidade(s) orgânica(s) responsável(is) pelo ciclo de estudos propostas de regimes de ingresso e de *numerus clausus*, ouvida a comissão científica do ciclo de estudos;

f) Validar, no início de cada período lectivo, as fichas de todas as unidades curriculares do curso;

g) Garantir que as fichas das unidades curriculares, a elaborar pelo docente responsável pela sua leccionação, contêm obrigatoriamente os objectivos, expressos como um conjunto de competências a adquirir pelo aluno, os métodos de ensino e aprendizagem, os métodos de avaliação e as condições especiais para a obtenção de frequência que serão praticados na unidade curricular, de acordo com o modelo utilizado no sistema de informação;

h) Assegurar que as fichas de cada unidade curricular estejam inseridas no sistema de informação da unidade orgânica e sejam divulgadas junto dos alunos no início de cada ano lectivo;

i) Velar pela elaboração, por parte dos docentes, e a publicitação, nas 48 horas subsequentes à sessão lectiva, dos sumários de todas as aulas efectivamente leccionadas no âmbito do curso;

j) Acompanhar a realização de inquéritos pedagógicos aos alunos, analisar os seus resultados e promover a sua divulgação conforme estipulado em cada unidade orgânica;

l) Elaborar e submeter ao(s) presidente(s) do(s) conselho(s) directivo(s) ou director(es) e demais órgãos competentes da(s) unidade(s) orgânica(s) envolvida(s) no ciclo de estudos, anualmente, um relatório sobre o funcionamento do curso, ao qual serão anexos os relatórios das unidades orgânicas, a preparar pelos respectivos docentes responsáveis, e que deverão obrigatoriamente conter os conteúdos programáticos efectivamente leccionados e a justificação para qualquer desvio face aos conteúdos estipulados no plano de estudos do curso de doutoramento, de acordo com o modelo utilizado no sistema de informação da Universidade;

m) Organizar os processos de equivalência de unidades curriculares e de planos individuais de estudo;

n) Presidir às reuniões da comissão científica do ciclo de estudos e da comissão de acompanhamento deste.

o) Promover a regular auscultação dos alunos do ciclo de estudos e dos docentes ligados à leccionação das unidades curriculares do curso de doutoramento.

5 – A comissão científica do ciclo de estudos é constituída por três a cinco docentes ou investigadores doutorados ou equiparados, designados pelo Director do ciclo de estudos, ouvidos os órgãos estatutariamente competentes directamente envolvidos no ciclo de estudos.

6 – Compete à comissão científica do ciclo de estudos:

a) Promover a coordenação curricular do curso de doutoramento;

- b) Pronunciar-se sobre as propostas de organização ou de alteração dos planos de estudo, incluindo os conteúdos programáticos das unidades curriculares;
- c) Pronunciar-se sobre a solicitação de serviço docente do curso de doutoramento às entidades da(s) unidade(s) orgânica(s) da UP envolvida(s) na sua leccionação;
- d) Pronunciar-se sobre propostas de regimes de reingresso e de *numerus clausus*;
- e) Elaborar e submeter ao(s) presidente(s) do(s) conselho(s) directivo(s) ou ao(s) director(es) e demais órgãos competentes da(s) unidade(s) orgânica(s) responsável(is) pelo ciclo de estudos o regulamento deste.

7 – A comissão de acompanhamento do ciclo de estudos é constituída paritariamente por docentes ou investigadores e por alunos do curso, em condições a definir no regulamento específico do ciclo de estudos.

8 – A comissão de acompanhamento deverá ter um número de membros suficientemente pequeno para que possa funcionar de uma forma regular e empenhada.

9 – À comissão de acompanhamento do ciclo de estudos, quando exista, compete verificar o normal funcionamento deste e propor ao director do ciclo de estudos medidas que visem ultrapassar as dificuldades funcionais encontradas.

10 – Para ciclos de estudo realizados em parceria com outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, é necessário o estabelecimento prévio de protocolos, aprovados pelos Reitores respectivos, que especificarão o processo e órgãos de coordenação.

#### Artigo 9º

##### **Processo de nomeação do orientador ou dos co-orientadores**

1 - A preparação da tese de doutoramento deve efectuar-se sob a orientação de um doutor ou investigador doutorado especialistas da Universidade do Porto ou, caso seja aceite pela comissão científica, de outro estabelecimento de ensino superior ou de investigação, nacional ou estrangeiro.

2 – O orientador e o co-orientador, caso exista(m), serão propostos pela comissão científica do ciclo de estudos, depois de ouvido o candidato, e da aceitação expressa do(s) designado(s), e serão nomeados pelo Conselho Científico da unidade orgânica sede do ciclo de estudos.

3 – O regulamento específico de cada ciclo de estudos definirá as condições em que é admitida a co-orientação e as regras a observar na orientação.

#### Artigo 10º

##### **Processo de candidatura**

1 – Recebido o processo de candidatura nos serviços académicos, será o mesmo submetido, no prazo de dez dias, à apreciação da comissão científica competente, a qual se pronunciará por forma a que o director do ciclo de estudos possa decidir sobre a aceitação da candidatura nos trinta dias subsequentes à entrega do requerimento.

2 – Caso o director do ciclo de estudos, ouvida a comissão científica, julgue não estarem reunidos os requisitos formais, decidirá de imediato, sem necessidade de qualquer pronúncia.

3 – No que concerne à notificação da decisão sobre a aceitação ou recusa da candidatura,

seguir-se-ão os termos aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo.

#### Artigo 11º

##### **Registo do tema e do plano da tese**

- 1 – O tema da tese é proposto para registo à comissão científica pelo orientador, tão cedo quanto possível, até ao final do *curso de doutoramento*, quando exista.
- 2 – Quando o ciclo de estudos integra um *curso de doutoramento*, a inscrição definitiva do candidato como estudante de doutoramento só ocorre após a conclusão desse *curso* e depende de parecer favorável da comissão científica do ciclo de estudos, que terá em consideração o desempenho no *curso* e o plano de tese.
- 3 – Após a inscrição definitiva como estudante de doutoramento, este deve, no prazo de trinta dias a contar da notificação, proceder ao registo do tema da tese e do respectivo plano junto dos Serviços Académicos, que comunicarão ao GPEARI os dados necessários à inclusão no registo nacional de teses de doutoramento em curso, conforme estipulado no Decreto-Lei nº 52/2002, de 2 de Março, e reiterado pelo artigo 32º do Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho.
- 4 – O registo caduca se a tese não for entregue nos quatro anos subsequentes ao mesmo, quando o ciclo de estudos tem 180 ECTS ou nos cinco anos subsequentes quando esteja em causa um ciclo de estudos com 240 ECTS.
- 5 – A caducidade do registo prevista no número anterior pode ser revista e renovado o registo, por decisão da comissão científica, com base em motivos concretos e fundamentados.

#### Artigo 12º

##### **Condições de preparação da tese**

- 1 – A inscrição em doutoramento será feita em regime de tempo parcial ou integral.
- 2 – O orientador informará anualmente a comissão científica sobre a evolução do trabalho do candidato.
- 3 – A informação a que se refere o número anterior, sob a forma de relatório escrito, deverá dar entrada na comissão científica até trinta dias antes do termo do período para o qual o candidato tem inscrição válida.

#### Artigo 13º

##### **Matrícula, inscrição e propinas**

- 1 – São devidas taxas de matrícula e propinas de doutoramento em quantitativos a fixar pelo Senado.
- 2 – A renovação anual da inscrição é obrigatória, bem como o pagamento das respectivas propinas, para que o candidato possa ser considerado estudante do ciclo de estudos.
- 3 – Eventuais reduções ou isenções de propinas serão definidas pelo órgão competente da Universidade.

#### Artigo 14º

##### **Regras sobre a apresentação e entrega da tese e sua apreciação**

- 1 – A tese deve ser apresentada em versão provisória e formato normalizado, em língua portuguesa ou outra de reconhecida divulgação na comunidade científica nacional e internacional, devendo ser acompanhada de um parecer do(s) orientador(es) e de um resumo

em português e inglês.

2 – Após aprovação da versão provisória, o estudante deverá, no prazo de um mês, entregar a versão definitiva da tese, em formato normalizado e com a indicação do nome do orientador(es) e dos membros do júri.

#### Artigo 15º

##### **Condições para a entrega da tese**

1 – Para prestação da prova de doutoramento, o candidato apresentará requerimento nos serviços académicos da respectiva unidade orgânica.

2 – O requerimento não poderá ser apresentado antes da inscrição no último ano do ciclo de estudos, salvo se ocorreu um processo de creditação de formação anterior ou de experiência profissional.

§ 1 – Na situação prevista no n.º 2 do artigo 6º em que o candidato se apresenta sob sua exclusiva responsabilidade, terá de proceder ao pagamento de uma propina no valor correspondente à de dois anos do ciclo de estudos.

§ 2 – Um estudante inscrito em regime de tempo parcial apenas poderá apresentar requerimento para prestação de provas decorrido que seja o tempo resultante da adequação proporcionada das regras gerais aplicáveis ao ciclo de estudos em causa.

3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o requerimento poderá ser apresentado em qualquer altura, desde que se mantenham válidos o registo do título da tese e a inscrição do candidato.

4 – O requerimento será instruído com:

a) Tese de doutoramento e *curriculum vitae*, impressos, fotocopiados e/ou em suporte electrónico ou óptico, nos termos e no número de exemplares a definir pelo(s) órgão(s) competente(s) da unidade orgânica; bem como, caso o candidato se apresente ao doutoramento sob a sua exclusiva responsabilidade, documentação comprovativa de que se encontra nas condições a que se refere o nº2 do artigo 6º.

b) Parecer do orientador e co-orientador, quando exista;

c) Parecer análogo ao da alínea anterior, subscrito por dois professores designados pela comissão científica;

d) Os regulamentos específicos dos ciclos de estudo poderão prever condições de qualidade para acesso às provas.

5 – Organizado o processo, os serviços académicos apresentá-lo-ão ao director do ciclo de estudos ou ao órgão que exerça as suas funções no prazo de dois dias úteis a contar da data de apresentação da tese.

#### Artigo 16º

##### **Composição e nomeação do júri**

1 – A comissão científica proporá, em tempo útil, ao órgão estatutariamente competente da unidade orgânica um júri que será nomeado pelo Reitor nos 30 dias úteis subsequentes à data de entrega da tese e demais documentação nos serviços académicos.

2 – O despacho de nomeação do júri deve ser notificado ao candidato, no prazo de cinco dias, e afixado em local público habitual.

3 – O candidato poderá, nos quinze dias úteis subsequentes à notificação referida no número anterior ou à data da afixação pública do júri, opor suspeição a qualquer membro do júri, nos termos da legislação aplicável.

- 4 – O júri de doutoramento é constituído por:
- a) Reitor, que preside, ou por quem dele receba delegação para esse fim;
  - b) Orientador e/ou um co-orientador, sempre que exista(m);
  - c) Por um mínimo de três e um máximo de cinco vogais doutorados.
- 5 – Dois dos membros do júri são designados de entre professores e investigadores doutorados de outras instituições de ensino superior ou de investigação, nacionais ou estrangeiras.
- 6 – Pode ainda fazer parte do júri especialista, nacional ou estrangeiro, de competência reconhecida pelo(s) órgão(s) competente(s) na área científica em que se insere a tese.
- 7 – Pelo menos três membros do júri serão professores ou investigadores do domínio científico em que se insere a tese.

#### Artigo 17º

##### **Funcionamento do júri e prazos para a defesa pública da tese**

- 1 – Nos sessenta dias subsequentes à afixação pública da sua constituição definitiva, o júri proferirá despacho liminar no qual declara se aceite ou não a tese e, em caso de não aceitação, recomendará fundamentadamente ao candidato a sua reformulação.
- 2 – Do despacho de aceitação deverão constar as condições em que decorrerão as provas, nomeadamente:
- a) Tempo atribuído ao candidato para apresentação oral da tese;
  - b) Identificação dos arguentes principais.
- 3 – Caso o júri recomende a reformulação da tese, o candidato dispõe de um prazo de cento e vinte dias, improrrogável, durante o qual pode proceder à reformulação ou declarar que pretende manter a tese tal como a apresentou.
- 4 – Considera-se ter havido desistência do candidato se, esgotado o prazo referido no número anterior, este não apresentar a tese reformulada ou a declaração referida no mesmo número.
- 5 – Recebida a tese reformulada ou feita a declaração referida no número anterior, o presidente do júri procede à marcação da data e local das provas públicas de discussão e defesa da tese.
- 6 – A prova deve ter lugar no prazo máximo de sessenta dias a contar, conforme os casos:
- a) Da data do despacho de aceitação da tese pelo júri;
  - b) Da data de entrada da tese reformulada ou da declaração do candidato de que prescinde da reformulação;
- 7 – As deliberações do júri são tomadas por maioria dos membros que o constituem, através de votação nominal justificada, não sendo permitidas abstenções;
- 8 – Das reuniões do júri são lavradas actas, das quais constam os votos de cada um dos seus membros e a respectiva fundamentação, que pode ser comum a todos ou a alguns dos membros do júri.
- 9 – As reuniões de júri anteriores aos actos públicos de defesa da tese podem ser realizadas por teleconferência.

#### Artigo 18º

##### **Regras sobre as provas públicas de defesa da tese**

- 1 – A discussão pública da tese não pode ter lugar sem a presença do presidente e da maioria dos restantes membros do júri.
- 2 – O candidato iniciará a prova com uma apresentação oral da tese, que não deve ter uma duração superior a trinta minutos.
- 3 – Na discussão da tese, cuja duração não poderá exceder duas horas, deve ser proporcionado ao candidato tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.



4 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, compete ao presidente do júri estabelecer, no início da prova, a ordem e duração concreta de cada uma das intervenções, bem como resolver quaisquer dúvidas, arbitrar eventuais contradições, velar para que todos os direitos sejam respeitados e garantir a dignidade do acto.

#### Artigo 19º

##### **Processo de atribuição da classificação final**

1 – Concluídas as provas, o júri reúne para apreciação e deliberação sobre a classificação final do candidato, a atribuir mediante votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.

2 – O presidente do júri dispõe de voto de qualidade e não pode ser vogal do júri.

3 – A classificação final é expressa pelas fórmulas de Recusado ou Aprovado, podendo esta última ter, se for decidida por unanimidade, a qualificação de “Distinção”.

4 – A qualificação de “Distinção” dependerá da excepcionalidade da qualidade científica da tese e deverá ter em consideração as classificações obtidas nas unidades curriculares do *curso de doutoramento*, se existiu.

#### Artigo 20º

##### **Carta doutoral, suas certidões e do suplemento ao diploma**

1 – O grau de doutor é titulado por uma carta doutoral ou por uma certidão de registo emitida pelo órgão legal e estatutariamente competente da Universidade do Porto.

2 – A emissão da carta doutoral, da certidão de doutoramento e do suplemento ao diploma fica dependente da entrega da versão definitiva, com as correcções, caso existam, indicadas na acta da prova pública, que deverão ser objecto de verificação pelo orientador da tese.

3 – A emissão da carta doutoral, bem como das respectivas certidões, é acompanhada da emissão de um suplemento ao diploma elaborado nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de Fevereiro.

4 – Os elementos que constam obrigatoriamente dos diplomas e cartas doutorais são:

- a) Nome titular de grau;
- b) Documento de identificação pessoal. Bilhete de Identidade ou Passaporte (no caso de cidadãos estrangeiros);
- c) Nacionalidade;
- d) Identificação do ciclo de estudos/grau;
- e) Data de conclusão e, se for o caso, unidade orgânica da Universidade;
- f) Classificação final expressa pelas fórmulas de Recusado ou Aprovado, podendo esta última ter, se for decidida por unanimidade, a qualificação de “Distinção”;
- g) Data de emissão do diploma;
- h) Assinatura(s) d(s) responsável(eis).

5 – A carta doutoral, acompanhada do suplemento ao diploma, será emitida no prazo de 180 dias após a aprovação na defesa pública da tese.

6 – As certidões, acompanhadas do suplemento ao diploma, serão emitidas até trinta dias depois de requeridas.

#### Artigo 21º

##### **Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico**

Este processo será definido no regulamento específico de cada ciclo de estudos.

Artigo 22º  
**Regime transitório**

Aos programas de doutoramento em curso à data da entrada em vigor do presente Regulamento aplica-se o regulamento vigente à data do seu início, salvo se o candidato declarar optar pelo regime novo, caso em que este se lhe aplicará em bloco.

Artigo 23º  
**Casos omissos**

As situações não contempladas neste Regulamento seguem o preceituado no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, e demais legislação aplicável, sendo os casos omissos decididos por despacho do Reitor, sob proposta da comissão científica do ciclo de estudos.

Artigo 24º  
**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor logo que aprovado pelo Senado e publicitado nos termos legais.